

HISTORIOGRAFIA JURÍDICO-POLÍTICA MARANHENSE

a concentração de poder no Maranhão e a supressão dos direitos*

Beatriz de Castro Cutrim Aroucha**
Juciane Reis Ferreira

Sumário: Introdução; 1 Colônia e Império; 2 Período Republicano; 2.1 Primeira República; 2.2 Segunda República; 3 A trajetória de Sarney 3.1 Nova República; 4 Conclusão; Referências.

RESUMO

Realiza-se um estudo sobre a concentração de poder ao longo da história do Maranhão. Descreve-se os vários governadores e suas ações ao longo da colônia, império e enfim da república que é caracterizada principalmente pela oligarquia Sarney. Analisa-se o papel do Governo no sentido de investir no Estado maranhense e a historicidade de suas ações no que se refere ao desenvolvimento econômico e social. Abordam-se a situação atual da população como consequência da constante concentração de poder durante séculos, e a supressão de seus direitos na medida em que os governantes se mostram cada vez mais incapazes de administrar políticas públicas em benefício de nossa sociedade, ressaltando a nossa marca de Estado mais pobre do país.

PALAVRAS-CHAVE

Oligarquia. Desenvolvimento. Maranhão. Política.

Introdução

São Luís era uma cidade acanhada se comparada a outros centros da época como Rio de Janeiro ou Salvador. Aliado a isso, os diversos conflitos envolvendo governantes, colonos, comerciantes, jesuítas e indígenas. Os cronistas da época associam o Maranhão do século XVII, a uma situação de pobreza. E o equivalente atual é a classificação do Estado do Maranhão como um dos mais pobres do país, particularmente conhecido por seu histórico de oligarquias e corrupção, além de muitos lhe concederem o título de “a terra de Sarney”. Essa imagem infelizmente não é distorcida, e é o que vamos confirmar através de um estudo que engloba um recorte da realidade maranhense em momentos diversos da história, seguindo a cronologia, como uma tentativa de entender as razões dessa realidade insatisfatória.

1 Colônia e Império

Abordaremos o Período Colonial como forma de resgatar as origens da concentração de poder. Através da história do Maranhão percebemos as influências da forma de

gestão dos monarcas, e vale lembrar que tudo se inicia com a distribuição de capitânicas-hereditárias no tempo do descobrimento do Brasil, onde surgiram os primeiros latifúndios que eram administrados por seus donatários (nobres de confiança do rei). Ciente de que não podemos retroceder a tal ponto seguiremos com o que cabe ao Maranhão. Na chamada Capitania do Maranhão a Coroa Portuguesa fez-se presente comandando a organização política:

Ampliando sua atuação colonizadora na capitania do Maranhão, a coroa instituiu, por intermédio de seu primeiro capitão-mor, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, a Câmara de São Luís, com funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de conselho municipal.^[1]

Jerônimo de Albuquerque nasceu em Olinda e seu pai era cunhado do primeiro donatário de Pernambuco. Ele acrescentou Maranhão ao próprio nome e governou por dois anos, foi responsável pela expulsão dos franceses no início do século XVII e seu sucessor foi Antônio de Albuquerque Maranhão, seu filho. É importante observar que nesse tempo os cargos de poder eram alcançados através de nomeações e em muitos casos está presente alguma familiaridade entre os governadores, como poderemos ver com mais alguns exemplos.

Sob administração direta da Monarquia tivemos a criação em 1621 do Estado Colonial do Maranhão, que tinha sede em São Luís e era independente do Estado do Brasil. Foi provido por Francisco Coelho de Carvalho em 1623, este era casado com D. Brites Cavalcanti de Albuquerque (mais uma vez o famoso sobrenome), e governou durante onze anos.

Todavia, há outras notícias contrárias: de que se apropriara dos dinheiros públicos (o que, também, não é novidade), tanto que o almoxarife [...] veio arrecadar de seu espólio a importância de [...], verba da milícia de que se apossara indevidamente.^[2]

Após a morte de Carvalho governou Jácome Raimundo de Noronha por dois anos, sendo que foi designado pelo anterior, mas há acusações de que ele teria manobrado para chegar ao poder. Em seguida Bento Maciel Parente governou por três anos, conhecido por seus massacres aos índios e pela invasão dos holandeses ocorrida em seu governo. Não suficientes os conflitos envolvendo portugueses, franceses e holandeses pela posse de terra, os governantes conflitavam-se com clérigos, colonos e comerciantes. O quadro se agravou ainda mais, quando Portugal resolveu estabelecer um sistema monopolista em forma de estanco na região, ao criar uma Companhia de Comércio privilegiada. Sua política gerou uma grande insatisfação (posteriormente a chamada Revolta de Beckman-1864), com exceção das autoridades da Câmara, governador (Francisco de Sá e Meneses) e eclesiásticos que foram comprados pelo gestor da Companhia, em troca do silêncio e conivência.^[3] Essa descrição mostra a natureza corrupta dos governantes e é ainda mais alarmante ao não se conter ao âmbito político.

Na segunda fase da colonização, o Maranhão não sofreu alterações políticas e continuou o sistema de governadores gerais, sendo inúmeros os que passaram por aqui. Em 1750 foi empossado como primeiro-ministro o Marquês de Pombal:

A política pombalina se por um lado promoveu o desenvolvimento econômico por outro estagnou o desenvolvimento cultural, pois com a expulsão dos Jesuítas, a educação que já era precária foi completamente abandonada.[\[4\]](#)

A aristocracia rural queria ampliar sua atuação na política, e havia no Maranhão um clima de disputa onde golpes e contragolpes instabilizavam politicamente a província.

No Primeiro Reinado, após a independência, a província do Maranhão passa a ser governada por um presidente nomeado pelo imperador, nessa situação três famílias (ricas e influentes) passaram a disputar o domínio do poder para assumir a liderança da nova ordem política que se instalava no Estado. No Período Regencial a política nacional foi varrida por uma onda de revoltas que atingiu várias províncias decorrentes de insatisfações com os desmandos dos governantes e do agravamento do quadro econômico e social. No Segundo Reinado com a instabilidade econômica o Império entra em crise e é nesse contexto que surge o movimento republicano:

Já no aspecto político, diversos fatores estavam gerando insatisfação crescente: o centralismo político, a lei eleitoral de 1881, a alternância dos partidos no poder vista como interferência direta do poder Moderador, isto é, do rei.[\[5\]](#)

2 Período Republicano

Durante o Império, as disputas políticas e o destaque sócio-econômico de algumas famílias pertencentes a elite deram forças ao poder oligárquico no Maranhão, levando à ascensão grupos políticos dos partidos Liberal e Conservador, mas no final do Império crises na economia escravista, agroexportadora e surgimento de uma nova geração de políticos acabou por enfraquecer as antigas oligarquias do período imperial, dando lugar a novas organizações políticas agora na República.

2.1 Primeira República

Na Primeira República o Brasil é comandado pela política do café-com-leite, onde grandes proprietários rurais exerciam a função de líder político e militar, chegando a esse cargo por meio dos laços de clientelismo, fraudes e coerção. O Maranhão seguiu o comportamento dos demais estados tendo como representantes oligarcas nesse período, Benedito Leite e Urbano Santos.

Benedito Leite, do Partido Republicano acumulava ao mesmo tempo os cargos de deputado estadual e federal, estabelecendo-se como líder da política maranhense e exercendo uma verdadeira tutela sobre o governo:

Aglutinavam projeção pessoal e mantinham uma rede de favorecimentos. Para eles, o Estado é um bem patrimonial, um ente público, porém privado. Neste sentido, usavam a máquina pública em benefício de seus correligionários, dos quais

cobravam lealdade. Empregavam parentes, perseguiram e excluíam a oposição do jogo político, fraudando inclusive o processo eleitoral.[\[6\]](#)

A sociedade maranhense passava por problemas sociais herdados ainda do império: corrupção, política de favores, coronelismo, concentração de poder nas mãos da minoria, descaso pelas classes subalternas. Em 1908, Benedito Leite morre deixando o controle do estado nas mãos de Urbano Santos, que foi o principal oligarca maranhense. Seu governo foi cercado por eleições fraudulentas, controle excessivo de poder, usando da corrupção para controlar a máquina política, não admitindo qualquer tipo de oposição ao seu governo. Era muito influente e desfrutava de grande prestígio no âmbito federal, foi eleito Governador por três vezes e Vice-Presidente da República duas vezes. No governo do Presidente Delfim Moreira, ocupou o cargo de Ministro dos Negócios do Interior e Justiça.

As aglomerações urbanas, causadas pelo crescimento industrial desencadeou uma série de problemas como o crescimento desordenado das cidades nas zonas periféricas, precárias condições de vida e até mesmo miseráveis. A população foi atingida por vários surtos de epidemias provenientes das péssimas condições sanitárias da capital e de cidades do interior, em geral as camadas mais pobres da população foram o principal alvo desses surtos, pois era grande a precariedade na oferta de água tratada, ausência de coleta de lixo e de esgoto canalizado.

Era evidente o descaso do governo em relação às classes subalternas, e foi inevitável a eclosão de movimentos sociais no meio rural, onde a população insatisfeita clamava por melhores condições de vida. As cidades de Barra do Corda, Alto Alegre, e Codó foram palco de conflitos de grande repercussão, que segundo o presidente Washington Luís era um caso de polícia. Os revoltosos chegaram a tomar o Palácio dos Leões, aproveitando-se do clima de tensão existente na disputa eleitoral entre Artur Bernardes e Nilo Peçanha, depondo o então governador Raul Machado, colocado por Urbano Santos, mas a vitória de Artur Bernardes fortaleceu ainda mais o governador deposto, que reassumiu o poder horas depois, passando a perseguir os revoltosos.

Em 1925, chega ao Maranhão a Coluna Prestes, movimento que visava combater as instituições arcaicas da República Velha no cenário nacional. Percorreu várias cidades, como Barra do Corda, Grajaú, Mirador, Codó e Barão de Grajaú. Com o golpe militar de 1930, Vargas toma o poder, exercendo um centralismo político-administrativo e grande autoritarismo. Por consequência desse governo o Maranhão teve sete interventores entre 1930 e 1937, agravando os conflitos e a instabilidade política do estado.

- Segunda República

Entre as décadas de 40 e 70 destaca-se no cenário político maranhense Vitorino Freire, que mantinha um estreito relacionamento com o Presidente Dutra. Ao lado de seu grupo político, o PSD, estruturou uma poderosa oligarquia no Estado. “[...] iniciou sua relação com a política maranhense em 1933, quando foi nomeado secretário de governo do capitão Martins de Almeida (interventor federal)”[.\[7\]](#) Suas tarefas envolviam organizar o partido político que já possuía bases nacionais e esta foi uma das condições fundamentais de sua hegemonia, além das ligações

estabelecidas na esfera federal, o que resultou na corrente política conhecida como vitorinismo. A oligarquia foi bastante contestada e havia um grupo de oposição conhecido como Oposições Coligadas, pois reunia os dissidentes e aqueles que foram expulsos do poder por Vitorino.

Através das ações do seu partido, Vitorino conseguiu ser eleito deputado federal constituinte, senador, além de governador, e esteve presente por trás de outros governos. Em 1950, Saturnino Belo rompe com Vitorino por não ter sido indicado para a Assembléia Legislativa, e acaba se tornando candidato a governador pela oposição. “A greve foi um movimento articulado pelas oposições contra a posse do governador Eugênio Barros, ligado a Vitorino Freire, vitorioso em eleições marcadas por denúncias de fraude”.^[8] Nessa época, São Luís ganhou o título de “ilha rebelde”, devido à manifestações contra a posse de Eugênio. Vitorino influenciava na distribuição de cargos públicos, perseguia a oposição, e usava as verbas públicas em benefício próprio. “É dele a frase “vou ao Maranhão apertar as cangalhas”, que demonstra, de um lado, o desprezo pela população que o acolheu, e do outro, o poder de coronel, chefe autoritário, cacique, características imanentes ao vitorinismo”.^[9]

3 A trajetória de Sarney

Seu caminho na política se inicia pelas mãos de Vitorino Freire, que o colocou no cargo de assessor do governador Eugênio de Barros, atendendo a um pedido de seu pai, o Desembargador Sarney Costa. Abandonou o PSD quando foi eleito Deputado Federal, pelas Oposições Coligadas, a partir daí fez carreira na UDN. Em 1964, com o golpe militar, Sarney se consolida como candidato da oposição, e é apoiado pelo General Castelo Branco em sua candidatura à Governador do Maranhão. Esse apoio só foi possível pelo fato da UDN ter sido importantíssima ao apoiar o movimento militar, além de ser uma alternativa para afastar os integrantes do PSD (houve cassações de mandatos, e o último governador Newton Belo entrou em desavença com o chefe do partido), do centro das decisões políticas, nesse caso, Vitorino Freire. Toda a interferência do governo central resultou na vitória de José Sarney. É interessante observar que nesse contexto, Sarney vinha como libertador do Maranhão, em luta contra a corrupção do vitorinismo, pois se firmou como candidato das massas populares, e se opunha ao atraso, a estagnação política, social e econômica em que se encontrava o Maranhão. Amarga ironia:

Na verdade a proposta de modernização introduzida pelo grupo emergente -o sarneísmo - é tipicamente conservadora, porque, por um lado, buscou o desenvolvimento econômico através de medidas que favorecessem a classe dominante em detrimento dos estratos sociais menos favorecidos. Por outro lado, a ascensão e manutenção desse grupo no poder estiveram vinculadas ao retrocesso político no Brasil, ou seja, a ditadura militar.^[10]

Entre os governadores que passaram por aqui estão Pedro Neiva de Santana, que foi eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa, João Castelo, indicado pela ARENA e também eleito pela Assembléia, Ivar Saldanha, foi o último governador escolhido do regime militar e era o presidente da Assembléia Legislativa. Um dos problemas

enfrentados por estes governos foi que suas obras acabaram favorecendo pessoas e empreendimentos com grandes capitais em detrimento dos pequenos proprietários que tiveram suas terras ocupadas, e essa ocupação quase ilegal causou conflitos entre os camponeses.

3.1 Nova República

Em 1982, houve eleições diretas para governadores de estado, e o primeiro governador a ser eleito por voto direto depois do golpe militar foi Luís Rocha. Depois foi eleito Cafeteira, dito inimigo de Sarney, mas que recebeu recursos federais do então Presidente da República (Sarney). João Alberto de Sousa vice-governador, assume o governo no lugar de Cafeteira que se candidata ao senado, depois dele governou Édson Lobão, ligado ao grupo Sarney, que também renuncia, para candidatar-se ao Senado, passando o governo ao seu vice, Ribamar Fiquene. A sucessora, Roseana Sarney, foi a primeira mulher a ser eleita e por dois mandatos seguidos.

Em 2002 chega ao fim o governo de Roseana Sarney. Apesar das taxas de crescimento econômico do Estado, a população continuou sofrendo os efeitos das desigualdades regionais e da pobreza e permanece ocupando o último lugar nas estatísticas de indicadores sociais.[\[11\]](#)

Antigo aliado de Sarney, José Reinaldo assumiu como vice, no lugar de Roseana, e se reelegeu em 2002. Teve desentendimentos com o grupo Sarney, e afastou aliados políticos ligados à ex-governadora. Vários aspectos marcaram o seu governo como, o baixo crescimento econômico, o endividamento do Estado, entre outros. Atualmente visualizamos um escândalo, em que Jackson Lago, sucessor de Zé Reinaldo no Governo (e que causou uma quebra nos mandatos da oligarquia Sarney) teve o seu diploma de governador cassado, com a denúncia de compra de votos nas eleições de 2006. E quem o substituiu foi Roseana Sarney, em 2009, após renunciar seu cargo de senadora. Isso ocorreu devido à influência de José Sarney no âmbito político, este que também assumiu recentemente a Presidência do Senado.

- Conclusão

Vimos através dessa pesquisa e descrição histórica buscar as raízes da concentração de poder no Maranhão, e podemos notar que nasceu junto com o nosso Estado e foi apenas se sofisticando. Quem mais sofreu e sofre com esse modelo político é a sociedade maranhense, que fica à margem dos planos de nossos governantes. É importante destacar que houve uma mudança no julgamento da massa em relação ao governo dos Sarney, e há a tentativa de combate a eles, tendo em vista a eleição de 2006 em que Jackson foi eleito na esperança de quebrar a oligarquia e trazer dias melhores no sentido de desenvolvimento para o Estado, o que resultou em mais uma decepção, mas é considerada válida a tentativa. Como Sérgio Buarque de Holanda já dizia “[...] o próprio espírito legístico dos nossos políticos do Segundo Reinado e da Primeira República não conseguiu modificar: quando muito manteve-se à margem dos fatos, exarcebando mesmo, pelo contraste, as forças que

queria neutralizar. Tal mentalidade, dentro ou fora do sistema liberal, exige que, por trás do edifício do Estado, existam pessoas de carne e osso. As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul.”[\[12\]](#)

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Joan. Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão. Ed. 1°. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Antigo Regime, Império Português e governança no Maranhão e Grão-Pará. In: Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Disponível em:< http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_suma_pg/st6.html>. Acesso em: 18 maio 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Carlos de. História do Maranhão A Colônia. 2. ed. São Luís: GEIA, 2006.

MELO, Francivaldo. História do Maranhão. 3.ed. São Luís: Alpha, 2006.

*** Artigo científico apresentado à disciplina de História do Direito do 2º período vespertino do curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) ministrada pelo professor Elton Fogaça para obtenção de nota.**

**** Alunas do 2º período vespertino do curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco.**

[1] CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Antigo Regime, Império Português e governança no Maranhão e Grão-Pará. In: Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Disponível em:< http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_suma_pg/st6.html>. Acesso em: 18 maio 2009.

[2] LIMA, Carlos de. História do Maranhão A Colônia. 2. ed. São Luís: GEIA, 2006.

[3] BOTELHO, Joan. Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão. Ed. 1°. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

[4] MELO, Francivaldo. História do Maranhão. 3.ed. São Luís: Alpha, 2006. p.96.

[5] MELO, op.cit., p.139.

[6] BOTELHO, Joan. Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão. Ed. 1°. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

[7] MELO, Francivaldo. História do Maranhão. 3.ed. São Luís: Alpha, 2006. MELO, Francivaldo. História do Maranhão. 3.ed. São Luís: Alpha, 2006.

[8] MELO, op.cit., p. 189.

[9] BOTELHO, Joan. Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão. 1.ed. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

[10] MELO, Francivaldo. História do Maranhão. 3.ed. São Luís: Alpha, 2006.

[11] MELO, op.cit., p.192.

[12] HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 182.